



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DA RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DOS 500 ANOS DO FORAL DE VALDEVEZ" ADJUDICADO À COMPANHIA DE TEATRO VIV'ARTE - LABORATÓRIO DE RECRIAÇÃO HISTÓRICA, ASSOCIAÇÃO PRIVADA, DE OLIVEIRA DO BAIRRO. ----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **18 de Junho de 2015**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da freguesia de Arcos (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, concelho de Arcos de Valdevez, residente no lugar de Aldeia, Couto, deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2 e f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com o Despacho da Presidência da Câmara Municipal, datado de 12 de Junho de 2015, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Mário Fernandes da Costa, titular do Cartão de Cidadão n.º 7979540, natural da freguesia de S. Gião, concelho de Oliveira do Bairro, e **Sara Raquel Novo Marujo**, titular do Cartão de Cidadão n.º 12003852, natural da freguesia de Oiã, concelho de Oliveira do Bairro, ambos com domicílio profissional em Oliveira do Bairro, que outorgam na qualidade, respectivamente, de presidente e tesoureiro da Direcção, com poderes para este acto, em representação da pessoa colectiva de utilidade pública denominada "**COMPANHIA DE TEATRO VIV'ARTE - LABORATÓRIO DE RECRIAÇÃO HISTÓRICA, ASSOCIAÇÃO PRIVADA**", com o número único de matrícula e de identificação fiscal **503170143**, com sede na Rua Principal, n.º 54, Perrães – Oliveira do Bairro, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

MA
SARATAPUJO

JA

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **12 de Junho de 2015**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada dos segundos outorgantes, a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DA RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DOS 500 ANOS DO FORAL DE VALDEVEZ”**. -----

Pelo referido Despacho foi ainda aprovada a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de **€ 25.280,00 (vinte e cinco mil, duzentos e oitenta euros)**, isento de IVA, nos termos do disposto no artigo 9º do Código do IVA. -

Terceira: O prazo de prestação do serviço adjudicado é de **30 dias**, com efeitos a partir do dia **12 de junho de 2015**. -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado no prazo de 30 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação Orgânica – **Capítulo 02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e Serviços; **Subagrupamento – 02** – Aquisição de serviços; **Rubrica 20** – Outros trabalhos especializados; **Alínea 01** – Trabalhos especializados de cariz cultural. -----

Q

Sexta: O presente contrato foi objecto de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal, de **25 de Maio de 2015**, nos termos do disposto nos nºs 5, 6 e 12 do artigo

75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2015). -----

Sétima: O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Oitava: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) O caderno de encargos; -----

b) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual os mesmos são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

Nona: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

Décima: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Décima Primeira: Os segundos outorgantes declaram aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Segunda: Que se obrigam a realizar o fornecimento objecto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

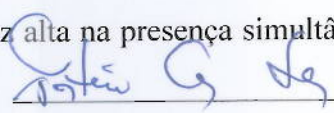
Foram apresentados pelos segundos outorgantes os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que

SARATAPRISO

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **11-03-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Oliveira do Bairro, em **04-05-2015**, comprovativa de que a Associação tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial subscrita em 08-01-2014 e válida até **08-01-2016**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida Associação; d) Cópia da Acta nº Cinco da Assembleia Geral daquela Associação, de **24-03-2014**, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes dos segundos outorgantes para este acto; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração Anexo II do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos três intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----



COMPANHIA DE TEATRO



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **2015/029/58**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **18/2015**